



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Governança em Segurança Alimentar no Brasil: por uma governança reflexiva e melhor integrada

SUIANE VALENÇA BRANDÃO

suiane@yahoo.com.br

EDUARDO CARDOSO GONÇALVES

ecg.ufpe@gmail.com

SÉRGIO ALVES

alves@ufpe.br

LILIAN SOARES OUTTES WANDERLEY

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

lilian.wanderley@ufpe.br

Governança em Segurança Alimentar no Brasil: por uma governança reflexiva e melhor integrada.

Resumo: Entender o funcionamento da Governança em Segurança Alimentar – GSA - no Brasil é um ponto de partida relevante para que sejam pensadas estratégias voltadas a curto, médio e longo prazos que considerem aspectos sociais e ambientais, além de econômicos inerentes, considerando que Segurança Alimentar se mostra adequada quando o alimento tem salvaguarda de acesso suficiente e seguro, independentemente de período ou estação (WFP, 2015; GRANT, 2015). A pergunta que orienta este artigo é: quais as contribuições dos estudos sobre Governança em Segurança Alimentar (GSA) no Brasil? A metodologia baseou-se na realização de busca sistemática por publicações nas bases de dados *Spell* e Portal de Periódicos da CAPES (intervalo de publicação: 2006 e 2015). Dos nove estudos encontrados, sete atenderam aos critérios de inclusão e nenhum repetiu as mesmas referências para a construção teórica do manuscrito. Investigações dos artigos foram aplicadas à divulgação e avaliação de políticas e experiências sobre GSA. O cenário atual brasileiro aponta para GSA descentralizada e inclusiva, cujo poder envolvido nos diversos processos e concepções contempla a participação de novos atores no sistema, de modo a construir capacidade conjunta. Contudo, há necessidade de desenvolvimento e manutenção de mecanismos que sejam capazes de garantir representação geográfica melhor integrada.

Palavras-chave: Governança em Sistemas Complexos. Mudanças Climáticas. Segurança Alimentar. Governança em Segurança Alimentar. Revisão Sistemática.

Food Security Governance in Brazil: for a reflexive and better integrated governance

Abstract:

To understand Food Security Governance (FSG) functioning in Brazil is a relevant starting point for designing strategies oriented to short, medium and long terms that consider social and environmental aspects, as well as inherent economic, whereas Food Security shows itself appropriate when food has sufficient and secure access to food safeguard, regardless of time or season (WFP, 2015; GRANT, 2015). The question that guides this paper is: what are the contributions of studies related to Food Security Governance (FSG) in Brazil? The methodology was based on systematic search for publications in *Spell* and Portal de Periódicos da CAPES databases (publication interval: 2006 - 2015). We found nine studies, of which seven met the inclusion criteria and none repeated the same references to the theoretical construction of the manuscript. Papers' Investigations were applied to dissemination and evaluation of policies and experiences on FSG. Brazilian current scenario points to decentralized and inclusive FSG, whose power involved in various processes and concepts includes the participation of new players (stakeholders) in the system, in order to build joint capacity. However, it's necessary mechanism development and maintenance which are capable of providing better integrated geographical representation.

Keywords: Complex Systems Governance. Climate Change. Food Security. Governance on Food Security. Systematic Review.

1. Introdução

Este artigo apresenta o tema Governança em Segurança Alimentar no Brasil iniciando com a relevância da governança para a sociedade contemporânea, a partir de uma abordagem interdisciplinar de governança em mudanças climáticas (SANTOS, 2006; CAMARGO, 1999).

Panorama das pesquisas sobre Governança em Segurança Alimentar, além de discutir a interface sistemas complexos e governança, destacam relevantes enfoques e áreas de investigação, com base no levantamento bibliográfico, a partir de revisão sistemática.

De acordo com a Lei nº 11.346 de 15 de Setembro de 2006, Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, a Segurança Alimentar diz respeito à realização do direito dos indivíduos a acesso frequente e perene a alimentos dotados de qualidade e quantidades suficientes. Este acesso deve salvaguardar outras necessidades especiais, baseado, portanto, em práticas alimentares associadas à promoção de saúde e que considerem e estejam em observância com a diversidade cultural e com as dimensões da sustentabilidade (ambiental, cultural, econômica e social).

A segurança alimentar existe quando o alimento tem salvaguarda de acesso suficiente e seguro, independentemente de período ou estação (WFP, 2015; GRANT, 2015). O termo (in)segurança alimentar é utilizado em ambientes acadêmicos, políticos e midiáticos no mundo inteiro, discutindo as suas consequências e em que medida se consegue alcançar alimento pelo menos para a sobrevivência sob aspecto nutricional. A insegurança alimentar diz respeito à ausência da segurança alimentar em algum ou em todos os aspectos inerentes a ela.

O discurso internacional central voltado a Segurança Alimentar está associado ao modo pelo qual a população mundial irá produzir alimento suficiente para suprir a demanda de um contingente global de habitantes projetado em nove bilhões de pessoas no ano de 2050. O fato de que a demanda por segurança alimentar diz respeito a aspectos que vão além da produção de calorias suficientes tem sido muitas vezes negligenciado (GRANT, 2015). Este sistema complexo pode ser entendido a partir de, pelo menos, quatro dimensões: a) Acessibilidade; b) Saúde e Bem-estar; c) Estabilidade da segurança alimentar; e d) Poder de tomada de decisão e gestão (ICC-AK, 2015). Desta forma, o não atendimento a estas dimensões pode provocar insegurança alimentar.

Influências externas como variações climáticas sazonais e internas como desperdício podem muitas vezes conduzir comunidades inteiras a períodos de insegurança alimentar, até mesmo sua permanência, caso não haja possibilidade de controle e ação para sua redução (MESQUITA, 2015).

Registros meteorológicos indicam que em muitas partes do mundo tem havido aumento da temperatura máxima média. Países marcados por esta vulnerabilidade, como Filipinas, Bangladesh, Costa Rica, e Barbados, passam a ter seus sistemas naturais afetados, impactando negativamente nos processos fenológicos na vegetação, contribuindo para o aumento do risco de pragas em produções agrícolas e surtos de doenças (KANGALAWÉ *et al.*, 2016).

No Brasil, as marcações meteorológicas apontam que as mudanças climáticas provocaram diminuição de aproximadamente 30% da precipitação pluviométrica e aumento em cerca de 1,65% de temperatura nas regiões semiáridas do Nordeste Brasileiro. A partir de 2012, mais de quatro milhões de habitantes estão em áreas atingidas por longos períodos de estiagem (ADAPTA SERTÃO, 2013).

Mudanças e variabilidades climáticas estão entre as ameaças mais significativas para a sustentabilidade local em diversas áreas, o que contribui para maior limitação no tocante a acesso a recursos, sobretudo quando se trata de atividades que dependem da água para garantia de produção e consumo, como é o caso da agricultura. Há uma forte dependência da produção agrícola sobre recursos naturais, levando a uma associação dos meios de

subsistência das comunidades potencialmente vulneráveis aos impactos negativos das mudanças climáticas à diminuição da produtividade agrícola, ao aumento de insegurança alimentar e ao aumento da limitação de disponibilidade de água (MESQUITA, 2015; KANGALAWÉ *et al.*, 2016).

Outrossim, a população mundial chegando a nove bilhões de habitantes em 2050, serão necessários aproximadamente três planetas para sustentar os estilos de vida atuais, cujo consumo forçará o aumento de demanda de recursos naturais, os quais já estão atualmente comprometidos. Assim, os modernos padrões de produção e consumo, que se caracterizam, basicamente, pelo desperdício e má utilização dos recursos naturais, inclusive pela utilização exacerbada de produtos que geram impactos negativos à sociedade e ao meio ambiente, precisam ser repensados e reorientados para a sustentabilidade planetária (UN, 2016).

Isto é possível a partir de ações voltadas a mudanças de produção e consumo, como por exemplo, redução de utilização de plásticos e outros poluentes de mares e rios, além de práticas voltadas ao consumo consciente sobre os produtos que se deseja comprar (UN, 2016). Em adição, há a necessidade das organizações agirem a partir de gestão responsável dos recursos naturais. O trabalho de responsáveis pela formulação de políticas públicas e suas diretrizes têm o desafio de estimular tais mudanças. A combinação de tecnologias existentes com políticas que conduzam ao aumento da produtividade de recursos pode gerar economias relevantes globalmente e separar o crescimento econômico porvindouro dos efeitos deletérios associados à escassez de recursos, volatilidade dos preços e impactos ambientais (STEINER, 2015).

De modo específico, as crescentes perdas de recursos agrícolas fundamentais (água e terra) associadas, sobretudo, às mudanças climáticas globais, bem como a apropriação de terras emergem como ameaça à segurança alimentar. Essa ameaça se torna cada vez mais presente nos diversos contextos mundiais. Aliada a ela está o impacto gerado pelo aumento de concentração de gases de efeito estufa, danificando a qualidade da atmosfera e colocando em cheque a atividade agrícola, cujo desempenho orienta o caminho básico da segurança alimentar no mundo (GARDNER, 2015). No Brasil, a realidade é semelhante a este quadro brevemente apresentado em relação às questões globais. Os registros de desperdícios anuais de alimentos, por exemplo, atingem quarenta mil toneladas. Este fato põe o País entre as dez nações que mais desperdiçam alimentos no mundo no que diz respeito à cadeia de perda e desperdício. Uma das razões dessa situação diz respeito à segurança alimentar.

Ao passo em que a população nacional (e mundial) aumenta, cresce também o número de indivíduos sem acesso adequado a alimentos, o que provoca carência na conformação alimentar e, como consequência, desnutrição (CRUZ, 2016). Entender como tem funcionado a governança em Segurança Alimentar no Brasil é um ponto de partida relevante para que sejam pensadas estratégias voltadas a curto, médio e longo prazos que considerem aspectos sociais e ambientais, além de econômicos inerentes a este debate.

Assim, a pesquisa apresenta como questão macro que orienta este artigo: quais as contribuições dos estudos sobre Governança em Segurança Alimentar no Brasil? Nesta perspectiva, as questões específicas são: Quais os subtemas mais estudados? Quais os principais conceitos abordados? Quais as teorias utilizadas para o embasamento dos documentos? Quais as abordagens metodológicas utilizadas e seus respectivos métodos? Quais as principais contribuições?

Para que se possa avaliar a relevância do conceito de governança em sistemas complexos voltada a estudos organizacionais da atualidade, faz-se necessário que seja analisado o arcabouço de conhecimento construído acerca da temática de sistemas complexos, bem como verificar sua evolução conceitual e de ligação com a área de gestão. Esta revisão faz a seção 2 deste texto, que trata da revisão teórica.

2. Revisão de Literatura

Ao se fazer buscas aleatórias nas bases de dados acadêmicos sobre sistemas complexos, é possível perceber que surge uma infinidade de sentidos para o descritor, bem como para sua finalidade. Isto ocorre em virtude dos estudos voltados ao tema terem surgido de uma perspectiva interdisciplinar, cujas ciências e disciplinas passaram a construir teorias de sistemas particulares, e cujos conceitos-chave foram adaptados ao longo do tempo e obedecendo determinadas especificidades (RODRIGUES JR., 2000).

O sistema educacional, o sistema de saúde, o sistema de segurança pública, o sistema de habitação, o sistema de segurança alimentar, dentre outros, são sistemas complexos, considerando o fato de que são redes de conexões de agentes reflexivos que produzem alguma forma, padrões de larga escala (MURPHY, 2009) ou comportamento universal (MITCHELL, 2009) a partir de processos adaptativos (MILLER; PAGE, 2007).

Este artigo aborda o Sistema de Segurança Alimentar, sobretudo a respeito da governança inerente a ele. Segurança Alimentar é definida pela garantia de cobertura de acesso a alimento suficiente e continuado (sem que haja relação com período ou estação), a quantidades e qualidade apropriadas (WFP, 2015; GRANT, 2015). Tema de estudos e debates no mundo todo, tal conceito teve sua construção iniciada durante a Conferência de Alimentação Mundial, ocorrida em Roma, em 1974. A finalidade da referida conferência era debater acerca de possibilidades de dirimir o problema mundial da alimentação (VOS, 2015).

A partir do estabelecimento do Sistema Alimentar Global pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Segurança Alimentar passou a compor agendas globais, estando associada estrategicamente às condições para o desenvolvimento das nações. Atualmente, portanto, o tema está previsto nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, cuja agenda foi construída coletivamente pelos diversos representantes de estado das Nações Unidas, e cujo prazo de alcance de tais objetivos foi determinado para 2030 (WEINBERGER, 2015).

A relevância da governança em segurança alimentar diz respeito ao fato de que o desenvolvimento deste sistema demanda políticas associadas a aspectos inerentes a outros sistemas, tais como saúde, higiene, abastecimento e distribuição de água e educação. Contudo, pouca ênfase tem sido dada à questão de acesso a alimentos, bem como aos aspectos inerentes à produção futura de alimentos (UN, 2014) e a discussão voltada à governança em segurança alimentar tem envolvido certos aspectos entendidos e trabalhados de modo superficial, também pouco conceituados e contextualizados (GRANT, 2015; WAGENINGEN UR, 2016).

Os debates internacionais acerca da governança em sistemas complexos foram iniciados e ampliados a partir de estudos promovidos por Elinor Ostrom. Nessa perspectiva, foi sugerido, de acordo com a observância de sistemas sócio-ecológicos, o desenvolvimento de princípios voltados à gestão de recursos de acesso comum, tais como: a) limites para facilitar exclusão; b) importância de regras internas ao sistema; c) importância de regras adaptadas às especificidades locais; d) importância de monitoramento e execução; e) solução de litígios; e f) interação entre os sistemas normativos (OSTROM *et al.*, 2012).

Problemas ambientais ou de mobilidade, são questões complexas inerentes a específicos sistemas e, portanto, ultrapassam limites jurisdicionais. Ostrom prevê a colaboração de órgãos e atores que não apenas os da esfera pública, objetivando soluções em contextos de poder compartilhado (BOOHER; INNES, 2006).

Governança se mostra como processo interativo, onde o conhecimento e a capacidade de recursos utilizados para soluções de problemas são compartilhados entre órgãos e atores presentes no contexto ou sistema (STOKER, 2000), e este processo envolve consequência, dinamicidade, adaptabilidade e complexidade (EPPEL, 2014; KEMP *et al.*, 2005). Tais estudos geralmente envolvem considerável apanhado de teorias e questões associadas à coordenação social e à natureza de todos os padrões de regra e princípios estabelecidos.

Diante da breve discussão apresentada até aqui, entende-se se trata de uma rede multifacetada de políticas formais e práticas não formais (MCKEON, 2011), vista como questão internacional que requer ação coletiva global, mas que demanda também especificidades locais.

Governança em Segurança Alimentar é aqui analisada nos últimos dez anos. Sua contribuição, portanto, fundamenta-se na exposição de uma visão geral sobre este tema a partir dos documentos analisados (MACHADO-DA-SILVA; AMBONI; CUNHA, 1990).

3. Método

A pesquisa bibliográfica é considerada um dos problemas mais graves ao se iniciar uma pesquisa, tendo em vista a imensa abundância de artigos disponíveis em bancos de dados *online*. Escolher aqueles que irão compor o desenvolvimento do ensaio teórico do estudo acadêmico acaba, portanto, se tornando tarefa árdua (TREINTA *et al*, 2014).

Nesse sentido, concebe-se uma arquitetura de estratégia de pesquisa bibliográfica que demonstre claramente o recorte realizado, e que melhor identifique as principais publicações científicas em nível internacional. Urge, portanto, a necessidade de um método de avaliação de artigos, teses e dissertações, que viabilizem uma boa seleção de textos para compor o ensaio teórico que se pretende construir. (TREINTA *et al*, 2012).

Assim, com vistas ao alcance do objetivo precípua desta pesquisa, a metodologia utilizada baseou-se na realização de buscas sistemáticas em duas bases de dados relevantes, nacionais e internacionais, voltadas às temáticas de interesse e registro de achados. (VOSGERAU; ROMANOWSKY, 2014).

Tais revisões permitem mapeamento sistemático de estudos que orientam para a construção de aportes teóricos e, conseqüentemente, facilitam o levantamento de informação necessária para o desenvolvimento de novas pesquisas (VOSGERAU; ROMANOWSKY, 2014).

Nesta perspectiva, as bases de dados selecionadas para tal busca foram, primeiramente a *Spell* e no segundo momento as bases do Portal de Periódicos da CAPES. Foram pesquisados documentos a partir da combinação do descritor ‘food security’ com descritores e operador booleano: ‘AND’, {Governance} AND {Food Security in Brazil}. O intervalo definido para a busca foi de documentos (artigos, teses e dissertações) publicados entre 2006 e 2015.

Todos os documentos encontrados foram analisados e classificados, conforme tema e subtemas, conceitos abordados, teorias utilizadas para o embasamento, abordagens metodológicas e respectivos métodos e principais contribuições. Para os artigos selecionados, registrou-se o periódico e o ano de publicação.

Com o intuito de tornar a metodologia adotada a mais didática possível, foram desenvolvidas as etapas de estabelecimento de um filtro inicial, de análise descritiva dos documentos, e uma análise das abordagens teórico-metodológicas e das contribuições.

O filtro inicial consistiu de pesquisa por artigos a partir da inserção de descritores – palavras-chaves no campo de busca do *Spell* (Fase 1) e do Portal de Periódicos da CAPES (Fase 2).

O acesso ao *Spell* e ao Portal de Periódicos da CAPES ocorreu através de conexão remota, por meio de *Virtual Private Network* (VPN). Este tipo de conexão permite acesso integral do público vinculado às Instituições de Ensino Superior e institutos de pesquisa brasileiros que viabilizam o acesso remotamente (BRASIL, 2016).

A análise descritiva de documentos consistiu de uma análise de aderência ao tema de interesse, a partir da observação de título e resumo dos documentos, considerando os critérios de inclusão e exclusão definidos no Quadro 1. A aderência foi avaliada na etapa inicial do processo investigativo, a partir de leitura do resumo e das palavras-chaves dos documentos

que emergiram no primeiro momento de busca. Assim, os documentos que apresentaram discussão relacionada à Governança em Segurança Alimentar ou que tratassem de Segurança Alimentar foram selecionados para a segunda etapa.

Quadro 1 - Critérios de Inclusão e Exclusão para aplicação de filtro de pesquisa

Critérios	Inclusão	Exclusão
Natureza da Base de Dados	Base de Dados <i>Spell</i> Bases de dados do Portal da CAPES	Bases de dados distintas de <i>Spell</i> e Portal da CAPES
Natureza do Trabalho	Artigos, Dissertações, Teses.	Resumos, Resenhas, Recursos textuais, capítulos de livros, livros, matérias jornalísticas.
Ano de Publicação	Entre 2006 e 2015.	Anteriores a 2006.
Idioma	Inglês e Português.	Todas, exceto inglês e português.
Área do Conhecimento	Administração. Interdisciplinares.	Todas, exceto Administração e Interdisciplinares.
Abordagem do Tema	Governança em Segurança Alimentar no Brasil. Segurança Alimentar. Sustentabilidade. Desenvolvimento Regional.	Estudos desenvolvidos em outros países diferentes do Brasil. Governança Corporativa. Governança em TI. Cadeia produtiva. Arranjos Produtivos Locais. Redes de cooperação.

A análise de abordagens teóricas e metodológicas, bem como das contribuições apontadas nos documentos aconteceu a partir da elaboração de quadro categorial (BARDIN, 1977), contendo a abordagem metodológica e método, principais conceitos apontados, as teorias que vem sendo utilizadas e as principais contribuições dos estudos.

Estudo semelhante a este foi realizado por Mascena, Figueiredo e Boaventura (2013), ao analisarem Clusters e APLs (Arranjos Produtivos Locais) no período de 2000 a 2011.

4. Resultados e Discussões da Investigação

Para atender ao objetivo proposto para este estudo, estruturou-se como sequencia a ser seguida: a) identificação de autores e obras dos documentos emergidos; b) conceitos abordados; c) teorias utilizadas para o embasamento; d) identificação das abordagens metodológicas utilizadas e respectivos métodos; e e) principais contribuições. Assim, as publicações encontradas são apresentadas numa perspectiva mista, abordando definições apontadas nos artigos levantados, discutindo conceitos, níveis de análise e a relevância de tema para a contemporaneidade brasileira. Todos os registros de documentos encontrados foram analisados e classificados. Além disso, registrou-se o periódico de publicação, para o caso de artigos, e ano de publicação.

As buscas foram iniciadas na base de dados *Spell* (Fase 1), a qual disponibiliza artigos, dissertações, teses e outros tipos de documentos acadêmicos para as áreas de Administração, Contabilidade, Economia, Engenharia e Turismo. Investigou-se documentos a partir das combinações de descritores e do operador Booleano 'AND': {Governance} AND {Food Security in Brazil}; e {Governance} AND {Food Security}, cujo resultado foi zero. Insistindo na base de dados, se optou por usar apenas o descritor {Food security}, que gerou como resultado quatro documentos.

Quando inserido no campo de busca do *Spell* o descritor {Governance} como palavra-chave, o resultado apontou 103 documentos no intervalo de 2006 a 2015. Ao se comparar resultados, percebe-se a ausência de publicações voltadas a Segurança Alimentar no Brasil, inclusive associadas ao tema de Governança neste Sistema Complexo. Tal fato corrobora com a necessidade de estudos referentes à Segurança Alimentar, considerando este ser tema emergente e de interesse internacional de debate e formulação de estratégias legitimadoras para o Desenvolvimento Sustentável (MCKEON, 2011; GRANT, 2015; ICC-AK, 2015).

Percebeu-se que o *Spell* não permite aplicação de filtros por subtemas, mas somente por intervalos de datas, autor, periódico, tipo de documento (artigo, dissertações, etc.), área do conhecimento (administração, contabilidade, economia, engenharia e turismo) e idioma (Espanhol, Francês, Inglês e Português), o que dificulta um pouco o processo investigativo a partir de alternativas de descritores mais específicos relacionados à temática central.

Visando alinhar a sistematização de pesquisa com a base *Spell*, ao se investigar o termo *Governance* nas bases indexadas no Portal de Periódicos da CAPES/MEC (Fase 2), os resultados obtidos totalizaram 29.319 (vinte e nove mil, trezentos e dezenove) documentos, dos quais 12.200 eram artigos científicos e 1.745 eram dissertações ou teses. Tal investigação remeteu a resultados fortuitos e representados por um quantitativo consideravelmente alto de publicações, muitas vezes não diretamente relacionadas ao tema foco deste estudo (Governança em Segurança Alimentar), cuja aplicação de filtros no próprio sistema, para fins de verificação de aderência e alinhamento à temática, não se mostrou facilmente viável.

Aplicou-se o filtro para a árvore de descritores {Governance} AND {Food Security in Brazil}, cujo resultado apontou para cinco artigos científicos. Estes foram inseridos no portfólio para análise de abordagem teórico-metodológica e de contribuições.

Após as buscas nas bases de dados e do surgimento de nove documentos para análise na primeira etapa, a fase seguinte explorou os documentos por meio do critério de aderência.

A aderência foi avaliada durante o processo de investigação primária dos documentos apontados nas bases de dados, envolvendo leitura crítica do resumo e das palavras-chaves apresentadas, os quais apresentassem discussão direta ou indiretamente relacionada aos temas de Governança em Segurança Alimentar ou aqueles que simplesmente tratassem de Segurança Alimentar. Desta forma, dos documentos que emergiram nas buscas no *Spell*, um deles não atendeu aos critérios estabelecidos de inclusão. Enquanto no Portal de Periódicos da CAPES, todos foram inseridos no portfólio da pesquisa.

A partir das buscas no *Spell*, dos quatro artigos que surgiram, dois tiveram aderência com o tema e se adequaram aos critérios preestabelecidos anteriormente. Ficaram no portfólio de artigos para análise dois artigos associados a Segurança Alimentar, os quais relacionam o tema, respectivamente, a: 1) Agricultura Familiar, Crédito Fundiário, Políticas Públicas de Reforma Agrária e Programa de Assentamentos; e 2) Adaptação, Governança Corporativa e Mudança Ambiental Global. Os demais artigos não inclusos no portfólio não tinham relação direta com Segurança Alimentar no Brasil, apesar de mencionar alguns dados sobre o País.

Os cinco manuscritos que emergiram na investigação no Portal de Periódicos da CAPES associaram a discussão voltada a Segurança Alimentar aos tópicos: 1) Governança Reflexiva; Alimentação Escolar; Política Alimentar no Brasil; 2) Governança Ambiental; Regulação de Organismos Geneticamente Modificados no Brasil; Participação Social; Justiça Ambiental; Acesso a informações ambientais; 3) Intensificação Agrícola; Abandono da terra; Desenvolvimento rural; Agricultura de pequena escala; 4) Bioenergia; Desenvolvimento Agrícola. 5) Programas condicionais de transferência de renda; Agricultura familiar; governança participativa; Programas de refeições escolares; política social.

Observou-se o fato de que a produção acerca de Segurança Alimentar e a Governança voltada a este Sistema Complexo não tem sido muito expressiva no contexto brasileiro nos últimos dez anos, embora se apresente como tema vanguardista que vem ganhando interesse.

A partir destes resultados, foi feita a descrição individual de cada documento, segundo sequência cronológica de publicação, base de dados em que está indexado, periódico de publicação e respectivas palavras-chaves apontadas no estudo. Estas informações estão contidas no Quadro 2.

O primeiro achado do estudo diz respeito à questão de que cada estudo é único, ou seja, os autores não utilizam as mesmas referências uns dos outros e também não citam uns os outros. Tais estudos, portanto, não foram integrados e não argumentam entre si.

Quadro 2 – Descrição dos artigos incluídos

Estudo, Ano de publicação e Autores	Base de Dados	Periódico	Palavras-chaves
<i>Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil</i> (ROCHA, 2009)	Wiley Online Library (CAPES)	<i>Development Policy Review</i>	<i>Brazil, Conditional Cash-Transfer Programmes, Family Agriculture, Food and Nutrition Security, Participatory Governance, School Meals Programmes, Social Policy.</i>
Análise dos aspectos institucionais da regulação de OGMs no Brasil (PIZELLA; SOUZA, 2012)	<i>Directory of Open Access Journals</i> (CAPES)	Desenvolvimento e Meio Ambiente	Governança Ambiental; Regulação de OGMs no Brasil; Participação Social; Justiça Ambiental; Acesso às Informações Ambientais.
<i>Strategic CSR shifts towards Adaptive Food Governance under Environmental Change</i> (PEREIRA; FONTOURA; FONTOURA, 2013)	<i>Spell</i>	Revista de Gestão Social e Ambiental	Segurança Alimentar, Mudança Ambiental Global, Adaptação, Governança Corporativa.
Efetividades de programas de Reforma Agrária e efeitos sobre a Segurança Alimentar de agricultores familiares do território do Vale do Rio Vermelho-GO (SANTOS <i>et al.</i> , 2013)	<i>Spell</i>	Organizações Rurais & Agroindustriais	Políticas Públicas de Reforma Agrária, Segurança Alimentar, Agricultura Familiar, Crédito Fundiário, Programa de Assentamentos.
<i>Reflexive governance for food security</i> (SONNINO <i>et al.</i> , 2014)	<i>Science Direct</i> (CAPES)	<i>Journal of Rural Studies</i>	<i>Food security, Reflexive governance School food, Food policy in Brazil.</i>
<i>Bioenergy and African transformation</i> (LYND <i>et al.</i> , 2015)	<i>Cengage Learning, Inc.</i> (CAPES)	<i>Biotechnology for Biofuels</i>	-
<i>Linking Brazil's food security policies to agricultural change</i> (OLDEKOP <i>et al.</i> , 2015)	<i>Springer Link</i> (CAPES)	<i>Food Security</i>	<i>Agricultural intensification, Land abandonment, Rural development, Small-scale farming.</i>

A etapa seguinte deste levantamento sistemático visou à verificação das abordagens teóricas, com seus respectivos enfoques, sua aplicabilidade e os principais conceitos trabalhados e associados. Além disso, fez parte do objetivo o levantamento da abordagem metodológica e método dos sete artigos resultantes, bem como das principais contribuições científicas. Tais informações foram reunidas no Quadro 3 e permitiram verificar o caminho científico que tem sido perseguido para pesquisas voltadas ao tema central deste estudo nos últimos dez anos.

Os resultados voltados à análise de abordagens metodológicas dos artigos encontrados nas bases de dados selecionadas apontam para estudos empíricos, cuja abordagem qualitativa foi predominante adotada, seguida da abordagem de estudos mistos. A abordagem metodológica mista foi aplicada a estudos que envolveram avaliação de políticas públicas brasileiras voltadas a Segurança Alimentar.

De acordo com a revisão sistemática de literatura desenvolvida, as investigações voltadas à governança em segurança alimentar foram aplicadas à divulgação e avaliação de políticas e experiências diretamente relacionadas à temática. Até o momento, poucas são as publicações sobre governança em segurança alimentar e os diversos aspectos inerentes a sua discussão, mas suas contribuições são capazes de orientar para o futuro do contexto da segurança alimentar brasileiro.

Os esforços mundiais voltados a uma nova equação para questões alimentares levantaram a necessidade de tratar a segurança alimentar de modo mais estrutural e sistêmico (SONNINO *et al.*, 2014). Pobreza, segurança alimentar e sustentabilidade são temáticas diretamente relacionadas e acompanham o conflito e a sinergia entre preocupações ambientais e sociais. No contexto brasileiro, algumas políticas que visam a dirimir questões voltadas a estes temas têm contribuído de forma positiva, sobretudo no que diz respeito aos esforços para

alcance do objetivo do desenvolvimento do milênio voltado à erradicação da extrema pobreza e da fome até 2015, como é o caso do Programa Fome Zero (OLDEKOP *et al.*, 2015).

Quadro 3 Análise de artigos incluídos (abordagens teórico-metodológicas e contribuições científicas)

Estudo, Ano de publicação e Autores	Natureza do estudo	Abordagem Metodológica	Método	Abordagem Teórica	Enfoques e principais conceitos	Contribuições científicas
<i>Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil</i> (ROCHA, 2009)	Teórico-empírica	Qualitativa	Pesquisa Bibliográfica Análise documental	Segurança Alimentar e Nutricional	Agricultura familiar Políticas públicas Participação da sociedade civil	Discussão e divulgação da experiência brasileira voltada à construção de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.
Análise dos aspectos institucionais da regulação de OGMs no Brasil (PIZELLA; SOUZA, 2012)	Teórico-empírica	Qualitativa	Pesquisa Bibliográfica Análise documental	Governança	Governança Ambiental Boas práticas de governança Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)	Avaliação regulatória de boas práticas de governança ambiental voltado ao contexto de OGMs no Brasil.
<i>Strategic CSR shifts towards Adaptive Food Governance under Environmental Change</i> (PEREIRA; FONTOURA; FONTOURA, 2013)	Teórico-empírica	Qualitativa	Pesquisa Bibliográfica Análise documental	Governança Alimentar Adaptativa Governança Corporativa	Conceitos de Governança Setor varejista de alimentos no Brasil e na África	Comparação de experiências voltadas a Governança do setor varejista de alimentos no África e Brasil.
Efetividades de programas de Reforma Agrária e efeitos sobre a Segurança Alimentar de agricultores familiares do território do Vale do Rio Vermelho-GO (SANTOS <i>et al.</i> , 2013)	Teórico-empírica	Mista	Aplicação de questionários Entrevistas abertas Registros de diários de campo <i>Survey</i>	(In)segurança Alimentar	Segurança Alimentar e Políticas Públicas	Avaliação de Programas de Reforma Agrária (Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e Programa de Assentamentos - PA)
<i>Reflexive governance for food security</i> (SONNINO <i>et al.</i> , 2014)	Teórico-empírica	Qualitativa	Pesquisa Bibliográfica Análise documental	Governança Reflexiva	Governança reflexiva como uma estrutura alternativa	Governança reflexiva como uma estrutura alternativa; Consideração de stakeholders negligenciados na Governança de Segurança Alimentar; Aprendizagem relacional vertical e horizontal.
<i>Bioenergy and African transformation</i> (LYND <i>et al.</i> , 2015)	Teórico-empírica	Qualitativa	Pesquisa Bibliográfica Análise documental	Bioenergia	Bioenergia como principal facilitador do desenvolvimento	Comparação de experiências voltadas a Bioenergia Moderna entre África e Brasil. Framework voltado ao desenvolvimento de uma visão voltada à ampliação do uso proveitoso da terra.
<i>Linking Brazil's food security policies to agricultural change</i> (OLDEKOP <i>et al.</i> , 2015)	Teórico-empírica	Mista	Estudo de Caso Questionários domiciliares Aplicação de entrevistas e sensoriamento remoto	Segurança Alimentar	Políticas de Segurança Alimentar no Brasil	Avaliação do Programa de Compra com Doação Simultânea (aquisição e comercialização da Agricultura Familiar)

No Brasil, desenvolvimento social tem sido interesse de debate internacional devido a três questões básicas: 1) O Brasil é um dos países que se orienta pelos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sobretudo no tocante à redução da extrema pobreza e da má nutrição; 2) Muitos dos alcances obtidos pelo País são provenientes de políticas inovadoras governamentais; 3) Muitos dos alcances parecem ter seu sucesso associado à participação popular e democracia local, a partir do orçamento participativo para conselhos sociais tripartites locais (governo, setor privado e sociedade civil). Essas questões têm orientado o Brasil para novas formas de governança em segurança alimentar (ROCHA, 2009).

Tal conjuntura brasileira é resposta à transição sociopolítica no País a partir dos anos 1980, a partir do processo redemocratização nacional que foi marcado pela participação social na construção e execução de políticas públicas, facilitada pela criação de fóruns de interação entre Estado e Sociedade Civil, nas distintas esferas federativas. No contexto democrático, os movimentos sociais ligados a questões agrárias (acesso a terra e crédito agrícola) passaram a receber estímulos. Estas questões passaram a ser vistas como estratégicas e diretamente associadas a pobreza e segurança alimentar. Em vista disso, a introdução de inovações na transição para a democracia foi configurada para promover descentralização das atividades administrativas (SONNINO *et al.*, 2014).

A concepção e a implementação do Fome Zero foi baseada a partir de três aspectos: 1) abordagem multinível e multiescala voltada a segurança alimentar; 2) ênfase na participação no tocante à elaboração das políticas; e 3) parceria com a sociedade civil e o setor privado para a criação de redes de doação e distribuição de alimentos. A inovação do referido programa está associada ao contrabalanceamento entre políticas rurais de desenvolvimento e segurança alimentar a partir da criação de novas relações entre pequenos produtores, consumidores e outros *stakeholders* (SONNINO *et al.*, 2014).

Entende-se que ações e projetos voltados ao desenvolvimento social são capazes de contribuir significativamente para a capacidade adaptativa nos sistemas alimentares brasileiros e muitas das empresas varejistas pertencentes à cadeia global de suprimentos possuem potencial relevante para aumentar e garantir a segurança alimentar no contexto das mudanças climáticas. Contudo, muitas vezes não consideram o elemento ‘adaptabilidade’ nas suas operações, e, conseqüentemente, não contemplam especificidades locais onde são instaladas, necessárias para garantir a segurança alimentar no país. O mercado sul-africano tem sido exemplo neste sentido (PEREIRA; FONTOURA; FONTOURA, 2013).

Com relação ao que diz respeito às políticas de segurança alimentar no Brasil, os estudos emergentes da investigação concentraram-se na discussão de experiências brasileiras voltadas à construção e avaliação de programas, cujos estudos apontam para a relevância que deve ser dada para os avanços na segurança alimentar e nutricional no Brasil, a partir da efetividade dessas ações (ROCHA, 2009). Apesar de problemas operacionais e de diversas limitações, os programas *Fome zero* têm sido relevantes, pelo fato de contribuírem diretamente para a redução de incidência e gravidade da pobreza no País. Programas como Bolsa Família e refeição escolar têm modificado a realidade de diversas famílias pobres em relação à facilitação de acesso a alimentos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de Agricultura Familiar, por exemplo, permite que produtores da agricultura familiar sejam capazes de aumentar suas rendas. O primeiro reflexo que pode ser observado a partir desses programas é a melhoria na saúde de crianças em todo o País, caracterizada pela redução de índices de mortalidade infantil, redução de crianças abaixo do peso e redução de quantitativo de crianças com má nutrição, sobretudo na região nordeste, região mais afetada pela pobreza (ROCHA, 2009).

Além disso, o referido programa tem influenciado práticas agrícolas individuais, no sentido de proporcionar incentivo à diversificação agrícola e redução da necessidade de intermediários no mercado de produtos agrícolas, este entendido como grande entrave ao

desenvolvimento do setor. O programa tem proporcionado aos agricultores de pequena escala oportunidades de complementação de renda a partir de produtos negociáveis durante períodos de seca, por exemplo. Isto foi possível em resposta à dependência criada pelo programa das ações dos produtores sobre os regulamentos oficiais, no que tangem ao estabelecimento de preços e horários de entregas de produção. Por outro lado, adaptações à ineficiência da política pública podem gerar resultados contraditórios em relação aos objetivos iniciais por ela propostos (OLDEKOP *et al.*, 2015).

Tal reflexão é associada ao fato de que, embora tenha intenção de contribuir significativamente para a melhoria dos níveis de segurança alimentar, o PAA tem participação ínfima neste processo, considerando o fato de que o alcance é pequeno, irregular e desigual, cujos beneficiários são os agricultores melhor estabelecidos na atividade. Surgem, portanto, desafios a vencer associados ao PAA, cujas ações são muitas vezes dificultadas por limitações institucionais e inabilidades voltadas aos processos de gestão que muitas vezes contribuem para a limitação do impacto do programa. Apesar destas questões, o Brasil é considerado uma nação cujo sistema de governança em segurança alimentar tem sido caracterizado relativamente como potente, estável e marcado pela integração de instituições (OLDEKOP *et al.*, 2015), contudo tais aspectos dependem fortemente da manutenção de estruturas políticas e econômicas robustas e também estáveis.

Nesta perspectiva, a alimentação escolar teve destaque como relevante ferramenta voltada à melhoria do acesso de cidadãos a alimentos, capaz de criar mercados para fornecedores de pequeno e médio portes, bem como capaz de melhorar os hábitos alimentares das crianças (SONNINO *et al.*, 2014).

Os programas abordados nos estudos têm sido estudados e observados associadamente ao modelo de governança participativa, cujo desenvolvimento a partir dos conselhos sociais tem avançado. Tal modelo pode contribuir para a institucionalização da colaboração entre governo e sociedade civil e sua replicação para outras regiões do mundo podem contribuir para o avanço da segurança alimentar global. Pode contribuir também para o avanço do debate voltado a cidadania alimentar, cujo princípio básico é migrar escolhas éticas para além da esfera individual, envolvendo toda a coletividade no universo das políticas públicas. A criação de novos espaços de participação efetiva da população da sociedade civil na governança de segurança alimentar, cuja institucionalização poderá contribuir para mitigar o perigo de estagnação e diminuição do progresso social no Brasil (ROCHA, 2009; OLDEKOP *et al.*, 2015).

No contexto do modelo da governança participativa, encontra-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), antigo Banco da Terra, considerando o fato de que está sustentado em conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e abrange órgãos presentes nos três níveis federativos (ações estatais descentralizadas). Esta arquitetura favorece as escolhas dos beneficiários, considerando o fato de que o processo é avaliado por todos os seguimentos envolvidos, na intenção de excluir beneficiamento de indivíduos que não tenham perfil adequado ao programa (SANTOS *et al.*, 2013).

De modo semelhante, a participação de potenciais beneficiários no Programa de Assentamentos se mostrou relevante, considerando o fato de que a terra é escolhida pelo beneficiário, o qual pode analisar melhor a compatibilidade da produção que deseja desenvolver e o tipo de solo disponível. Contudo, parte dos beneficiários do Programa de Assentamentos se encontra em estágio de insegurança alimentar com restrições quantitativas com relação a acesso a alimentos. Tais resultados podem estar associados a diversos fatores, como é o caso de baixos níveis de escolaridade, produção exclusiva no lote assentado, comprometimento de maior parte da renda com alimentos, menor diversificação de produção e dificuldade de acesso a crédito (SANTOS *et al.*, 2013).

A avaliação de níveis de segurança alimentar é possível a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento desenvolvido para mensuração domiciliar, capaz de classificar as famílias em quatro níveis: Segurança Alimentar (SA), Insegurança Alimentar Leve (IAL), Insegurança Alimentar Moderada (IAM) e Insegurança Alimentar Grave (IAG). Estes níveis diferem pelo nível de quantidade de acesso a alimentos, considerando restrições alimentares e possibilidades de ausência de alimentos no futuro (SANTOS *et al.*, 2013).

Ainda no contexto de políticas voltadas a segurança alimentar, dois dos estudos que surgiram nas bases de dados trataram de comparar os referidos contextos da África e do Brasil, embora tenham utilizado enfoques distintos: a) análise do setor varejista nesses dois países, enquanto aspecto associado à segurança alimentar (PEREIRA; FONTOURA; FONTOURA, 2013); e b) exame do potencial de expansão da produção bioenergética na África, a partir da discussão de possibilidades para o desenvolvimento de visão de múltiplos benefícios da utilização da terra para a bioenergia, em comparação com o Brasil (LYND *et al.*, 2015), ambas na perspectiva das mudanças climáticas.

Estes estudos destacam que ações corporativas nas empresas varejistas de alimentos no Brasil em torno das mudanças climáticas e da segurança alimentar, apesar de terem papel vital para a segurança alimentar (UN, 2008), têm se limitado à simples codificação de princípios normativos generalistas, não estando orientadas para as práticas da boa governança, as quais apontam relevância para a capacidade adaptativa, em distintos contextos.

Por outro lado, no que diz respeito ao setor de desenvolvimento bioenergético, em muitos países as consequências de suas atividades para a sociedade muitas vezes geram reflexões tardias, ao invés de comporem o planejamento dos projetos de políticas. Esta realidade pode ser aplicada aos demais setores que compõem o sistema de segurança alimentar. Em contrapartida, estudos apontam que tem se intentado desenvolver de forma sinérgica ações voltadas ao desenvolvimento social, desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e desenvolvimento da moderna bioenergia no Brasil. À medida em que os objetivos de desenvolvimento passam a ser planejados de forma integrada nos projetos, a distribuição de benefícios sociais e a relevância da existência dos projetos são ampliadas consideravelmente (LYND *et al.*, 2015).

Outrossim, a integração de desenvolvimento e implementação de políticas e estruturas institucionais ainda é um desafio a ser vencido, embora no Brasil já se percebam posicionamentos favoráveis a esta prática que já servem como exemplo para outros países, como é o caso da África (LYND *et al.*, 2015) ainda que também haja a necessidade de as instituições orientarem ações para práticas de boa governança, considerando a capacidade adaptativa nos diferentes contextos e não apenas princípios normativos generalistas.

As discussões voltadas a boas práticas de governança, apesar de estarem restritas à liberação comercial de Organismos Geneticamente Modificados no estudo apontado pela aplicação dos filtros de investigação neste artigo, podem orientar outros aspectos que compõem o sistema de segurança alimentar brasileiro (PIZELLA; SOUZA, 2012).

A governança ambiental voltada a OGMs é tema que trata de interesses muitas vezes difusos e geradores de conflitos e envolve diretamente o meio ambiente, a saúde humana e o bem-estar social. Assim, ao se falar em governança ambiental, pode-se pensar uma série de aspectos, como é o caso de uso de agrotóxicos e fertilizantes nas produções agrícolas e o uso de químicos na produção industrial de alimentos, por exemplo, considerando as especificidades de cada setor. A governança ambiental envolve, portanto, pelo menos três aspectos institucionais voltados ao processo de regulamentação de OGMs no Brasil para sua liberação comercial: a) legitimidade, transparência e participação social nas tomadas de decisões; b) acesso a informações ambientais; e c) justiça ambiental (PIZELLA; SOUZA, 2012).

No Brasil, a participação dos agentes no processo de liberação comercial de OGMs, ocorre segundo o mérito acadêmico determinado pelo Ministro de Ciência e Tecnologia e de titulares dos ministérios. O poder formal é responsável pela definição das regras, qualificando a governança como não democrática e de forma ‘top-down’ (PIZELLA; SOUZA, 2012).

Sobre o acesso às informações ambientais, há regulamentação prevista por meio da Lei 11.105/05, Lei de criação do Sistema Nacional de Informações sobre Biossegurança, embora ainda não se observe sua efetivação. As informações encontram-se dispersas pelos distintos órgãos que atuam no sistema regulatório, dificultando a participação e análise de partes interessadas. O mesmo ocorre com a rotulagem dos produtos, ou seja, não tem havido implementação da regulamentação nem monitoramento ambiental dos OGMs liberados e consequentes punições (justiça ambiental). Este fato coloca em risco o subsistema de produção e consumo de OGMs e o sistema de segurança alimentar (PIZELLA; SOUZA, 2012). A governança ambiental voltada a OGMs pode gerar a depreciação da integridade dos sistemas de cultivos orgânicos e convencionais, demandando ações mitigadoras urgentes.

Avaliações desta natureza podem contribuir para a arquitetura de políticas públicas e podem gerar contribuições positivas para a Governança em Segurança Alimentar. Desse modo, estudos voltados à governança em segurança alimentar são considerados estratégicos para a consideração do papel de atores não governamentais na execução das políticas inerentes, no contexto de mudanças ambientais globais, inclusive para o estímulo ao desenvolvimento de mecanismos voltados a transparência e simetria nas informações.

5. Considerações Finais

A pesquisa partiu da questão: quais as contribuições dos estudos sobre Governança em Segurança Alimentar no Brasil? Nesta perspectiva, atendeu-se aos aspectos voltados ao levantamento de abordagens metodológicas utilizadas nos documentos publicados e seus respectivos métodos, assim como abordagens teóricas e as contribuições.

O cenário atual brasileiro aponta para governança descentralizada e inclusiva, cujo poder envolvido nos diversos processos e concepções contempla a participação de novos atores no sistema, de modo a construir capacidade conjunta. Contudo, há necessidade de desenvolvimento e manutenção de mecanismos que sejam capazes de garantir representação geográfica mais diversa, inclusive de minorias no âmbito da governança, considerando as diferentes culturas e contextos presentes.

A literatura recente e as experiências apontadas nos estudos associados ao contexto brasileiro levantaram a necessidade de práticas mais inclusivas no cenário da governança em segurança alimentar. Além disso, o tema necessita de ampla reflexão acerca da realidade, de modo assegurar que inovações locais sejam incorporadas em estruturas de múltiplas escalas e cuja intervenção em demanda e abastecimento seja facilitada.

Ademais, a governança em segurança alimentar carece de integração entre as pesquisas desenvolvidas, de modo a investigar aspectos e peculiaridades que venham a contribuir para seu melhor entendimento e, consequentemente, para a definição de políticas e ações estratégicas e orientadas aos problemas críticos e que reforce a relevância de integração abarcada pelo tema.

Referências

ADAPTA SERTÃO. **Tecnologias de Adaptação a Mudança Climática** (2013). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=BB6aHA4k_P4 > Acesso em: 09 out. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 279 p.

BOOHER, D. E.; INNES, J. E. **Complexity and Adaptive Policy Systems: CALFED as an Emergent Form of Governance for Sustainable Management of Contested Resources**.

Anais... California State University Sacramento, USA. 50th Annual Meeting of the International Society for the Systems Sciences, 2006.

BRASIL. Portal de Periódicos da Capes. Ministério da Educação. **Portal de Periódicos da CAPES**. 2016. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez16.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_plogin&view=ploginresendnew&Itemid;=&>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 2006; 18 set. Acesso em: 12 ago. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm

CAMARGO, Sonia de. Governança Global: utopia, desafio ou armadilha? In: NEVES, Carlos Augusto dos Santos. **Governança Global: A reorganização da política em todos os níveis de ação**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung. 1999.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

CRUZ, E. P.. (São Paulo). Brasil desperdiça 41 mil toneladas de alimento por ano, diz entidade. **Ebc: Agência Brasil**. São Paulo, 30 jun. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/brasil-desperdica-40-mil-toneladas-de-alimento-por-dia-diz-entidade>>. Acesso em: 10 set. 2016.

EPPEL, E. **Governance of a complex system: Water**. Institute for Governance and Policy Studies. University of Wellington, 2014.

GARDNER, G. As crescentes perdas de recursos agrícolas. In: PRUGH, T.; RENNER, M. (Org.) **Estado do Mundo 2015: Ameaças Veladas à Sustentabilidade: Como enfrentar**. Salvador, BA: Uma Editora, 2015.

GRANT, M. A Food Systems Approach for Food and Nutrition Security. **Sight and Life**. VOL. 29, n. 1, 2015.

KANGALAWA, R. Y. M.; MUNG'ONG'O, C. G.; KALUMANGA, E.; YANDA, P. Z.. Climate change and variability impacts on agricultural production and livelihood systems in Western Tanzania. **Climate and Development**, v. 0, n. 0, p.1-15, 2016.

KEMP, R.; PARTO, S.; GIBSON, R. B. Governance for Sustainable Development: moving from theory to practice. **Int. J. Sustainable Development**, Vol. 8, Nos. 1/2, 2005.

LYND, L.R; SOW, M.; CHIMPHANGO, A. F. A.; CORTEZ, L. A. B.; CRUZ, C. H. B.; ELMISSIRY, M.; LASER, M.; MAYAKI, I. A.; MORAES, M. A. F. D., NOGUEIRA, L. A. H.; WOLFAARDT, G. M.; WOODS, J.; VAN ZYL, W. H.. Bioenergy and African transformation. **Biotechnology for Biofuels**. Vol 8, n. 18, p. 1-18, 2015.

MACHADO-DA-SILVA, C; AMBONI, N; CUNHA, V. C. Produção acadêmica em administração pública: período 1983-88. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 13, 1989, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ANPAD, 1989.

MACHADO-DA-SILVA, C; AMBONI, N; CUNHA, V. C. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 14, 1990, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 1990.

MASCENA, K. M. C.; FIGUEIREDO, F. C.; BOAVENTURA, J. M. G.. Clusters e APL'S: Análise Bibliométrica das Publicações Nacionais no período de 2000 a 2011. **RAE**. São Paulo. Vol. 53, n. 5, p. 454-468, 2013.

MCKEON, N. **Global Governance for World Food Security: A Scorecard Four Years After the Eruption of the “Food Crisis”**. Berlin: Heinrich-Böll-Stiftung, 2011. Disponível em: <<https://www.boell.de/sites/default/files/Global-Governance-for-World-Food-Security.pdf>> Acesso em: 10 out. 2015.

MESQUITA, P. S.. Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Proteção Social no Semiárido Brasileiro (Cariri, Ceará). Brasília, 2015. 264 f. **Tese** (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18463/1/2015_PatriciadosSantosMesquita_Parcial.pdf>. Acesso em: 08 ago 2016.

MILLER, J. H. ; PAGE, S. E. Complexity in Social Worlds. In: **Complex Adaptive Systems: an introduction to computational models of social life**. Princeton, University Princeton Press, 2007.

MITCHELL, M. **Complexity: a guided tour**. New York, Oxford University Press, 2009.

MURPHY, P. **Symmetry, contingency, complexity: Accomodating uncertainly in public relations theory**. Public Relations Review, 26, p. 447-462, 2000.

OLDEKOP, J. A.; CHAPPELL, M. J.; PEIXOTO, F. E. B.; PAGLIA, A. P.; RODRIGUES, M. S. P.; EVANS, K. L.. Linking Brazil's food security policies to agricultural change. **Food Sec**. Vol. 7, p. 779–793, 2015.

OSTROM, E.; CHANG, C.; PENNINGTON, M.; TARKO, V. **The Future to the Commons: Beyond Market Failure and Government Regulation**. IEA. The Institute of Economics Affairs. London. 2012.

PEREIRA, L.; FONTOURA, Y. S. R.; FONTOURA, C. F. V. T.. Strategic CSR shifts towards adaptive food governance under environmental change: a comparison between South African and Brazilian retailers. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. São Paulo, v. 7, n. 1, p.100-112, jan./abr. 2013.

PIZELLA, D. G.; SOUZA, M. P.. Análise dos aspectos institucionais da regulação de OGMs no Brasil: boas práticas de governança ambiental? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. N. 25, p. 27-37, jan./jun. 2012.

ROCHA, C.. Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil. **Development Policy Review**, Vol. 27, n. 1, p. 51-66, 2009.

RODRIGUES Jr., L. **Autopoiesis e o sistema social de Niklas Luhman: a propósito de alguns conceitos**. Sociologias, v.2, n.3, p.254-265, 2000.

SANTOS, J. C. B.. A evolução da ideia de governança global e sua consolidação no século XX. **Dissertação de Mestrado**. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2006.

SANTOS, J. K. L.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B.. Efetividades de programas de reforma agrária e efeitos sobre a segurança alimentar de agricultores familiares do território do Vale do Rio Vermelho-GO. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Lavras, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2013.

SMITH, A.. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I e II.

SONNINO, R.; TORRES, C. L.; SCHNEIDER, S.. Reflexive governance for food security: The example of school feeding in Brazil. **Journal of Rural Studies**. Vol. 36, p. 1-12, 2014.

STEINER, A.. On the path to sustainable consumption and production. *Climate Change & Natural Resource Management*. **CHOGM 2015 Report**, 2015.

STOKER, G. Urban political science and the challenge of urban governance. In: PIERRE, J. (Ed.). **Debating governance: authority, steering and democracy**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 91-109.

TREINTA, F. T.; FARIAS FILHO, J. R.; SANT'ANNA A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, v. 24, n. 3, p. 508-520, July/Sept. 2014.

UN - UNITED NATIONS. **Food Sustainability: a guide to private sector action**. 2008. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/9.1_news_archives/2008_09_24/food_sustainability.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **The Millenium Development Goals Report**. New York, 2014.

_____. 17 goals to transform our World. **12: Responsible consumption and production**. New York, 2016.

VOS, R. **Thought for Food: Strengthening Global Governance of Food Security**. CDP Background Paper No. 29. United Nations. Department of Economic & Social Affairs. New York, United Nations, 2015.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P.. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

WAGENINGEN UR. BSc and MSc thesis themes and topics. Netherlands: 2016. Disponível em: <<https://www.wageningenur.nl/en/Expertise-Services/Chair-groups/Social-Sciences/Public-Administration-and-Policy-Group/Information-for-students/BSc-and-MSc-thesis-themes-and-topics/Theme-4-Food-system-governance-and-the-right-to-food.htm>> Acesso em: 10 jun. 2016.

WEINBERGER, K. (Thailand). United Nations. ESCAP (Economic and Social Comission for Asia and the Pacific) (Org.). **Integrating the three dimensions of sustainable development: a framework and tools**. Bangkok: United Nations, 2015. 33 p. (Greening of Economic Growth Series). Disponível em: <[http://www.unescap.org/sites/default/files/Integrating the three dimensions of sustainable development A framework.pdf](http://www.unescap.org/sites/default/files/Integrating%20the%20three%20dimensions%20of%20sustainable%20development%20A%20framework.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

WFP. World Food Programme. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). International Fund for Agricultural Development (IFAD). **Strengthening resilience for food security and nutrition: A Conceptual Framework for Collaboration and Partnership among the Rome-based Agencies**. Manual Guide Proced. 2015.